

OS REGIMES DE PROBLEMATICIDADE DO ACONTECIMENTO¹

Les régimes de problématicité de l'événement

The regimes of problematcity of the event

Louis Quéré²

Tradução: Vera França³ e Chloé Leurquin⁴

DOI: 10.31501/esf.v3i31.15462

Resumo: A época moderna fez emergir o tempo profano, marcado pela horizontalidade e por relações de simultaneidade e sucessão entre os acontecimentos. Os acontecimentos religiosos, no entanto, introduzem as dimensões de verticalidade na consciência do tempo, inserem o tempo profano em “tempos superiores”, são ocasiões de partilha emocional. Uma tal partilha cimenta o grupo e o conforta em suas convicções em matéria de crenças e de valores, assim como em sua vontade de resistir à realidade instável do mundo e ao choque incerto dos acontecimentos.

Palavras-chave: Acontecimento. Problematicidade. Temporalidades. Valores. Crenças.

Résumé: L'époque moderne a donné naissance à un temps profane, marqué par l'horizontalité et les relations de simultanéité et de succession entre les événements. Les événements religieux introduisent cependant des dimensions de verticalité dans la conscience du temps, insèrent le temps profane dans les « temps supérieurs » et sont des occasions de partage émotionnel. Un tel partage cimente le groupe et le conforte dans ses convictions de croyances et de valeurs, ainsi que dans sa volonté de résister à la réalité instable du monde et au choc incertain des événements.

Mots-clés: Événement. Problématicité. Temporalités. Valeurs. Croyances.

Abstract: The modern era has given rise to profane time, marked by horizontality and relations of simultaneity and succession between events. Religious events, however, introduce dimensions of verticality into the consciousness of time, inserting profane time into “higher times”, and are occasions for emotional sharing. Such sharing cements the group and comforts it in its convictions regarding beliefs and values, as well as in its will to resist the unstable reality of the world and the uncertain shock of events.

Keywords: Event. Problematicity. Temporalities. Values. Beliefs.

¹ Publicado em L. Amiotte-Suchet & M. Salzbrunn (eds), L'événement (im)prévisible. Mobilisations politiques et dynamiques religieuses, Paris, Beauchesne, 2019, p. 27-45. Texto apresentado no colóquio internacional « L'événement en religion. Ruptures historiques, constructions biographiques et mobilisations collectives », Lausanne, 17-19 octobre 2012.

² Doutor; Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, França. louis.quere@orange.fr | <https://orcid.org/0000-0003-1693-6738>

³ Doutora; Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. veravfranca@yahoo.com.br | <https://orcid.org/0000-0001-6074-4333>

⁴ Doutora; Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. chloeleurquin@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-1184-2655>

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

Gostaria de iniciar esta reflexão retomando quatro breves citações da *Logique du sens*, de Gilles Deleuze, um filósofo que, segundo seus próprios termos, passou toda a sua obra a procura da natureza do acontecimento:

“O modo [de ser] do acontecimento é o problemático” (Deleuze, 1969, p. 69); “O acontecimento por ele mesmo é problemático e problematizante” (Deleuze, 1969, p. 69); “Não se pode dizer que existem acontecimentos problemáticos, mas sim que os acontecimentos dizem respeito exclusivamente aos problemas e definem suas condições” (Deleuze, 1969, p. 69); “Não podemos falar de acontecimentos senão como singularidades que se desdobram em um campo problemático e na vizinhança das quais se organizam soluções” (Deleuze, 1969, p. 69).

Todos nós sabemos, por experiência, que o acontecimento é problemático. Inicialmente, sua própria etimologia registra que ele vem do exterior, sem aviso prévio, contrariando nossas orientações atuais, nossas expectativas e preferências. Ele representa uma descontinuidade, produzindo-se onde não o esperávamos. O que aconteceu poderia ter se dado de outra maneira, ou simplesmente não ter acontecido. É por isso que ele muitas vezes cria surpresa, quando não uma consternação. Nós experimentamos seu caráter problemático através de afetos e emoções que suscita, mas também porque ele desencadeia questionamentos e suscita investigações sobre o que realmente se passou, sobre como isso pôde acontecer. Ele gera igualmente uma preocupação quanto ao seu desfecho, ou quanto ao desdobramento da situação que ele cria ou revela. O modo do acontecimento é a incerteza, que relança uma forma ou outra de busca pela certeza.

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

Duas interpretações possíveis

Talvez essa interpretação dos enunciados de Deleuze não seja a mais adequada, pois ela se baseia diretamente sobre nossa concepção do senso comum do acontecimento, que leva a pensar, por um lado, que o acontecimento é, desde seu princípio, individuado, quer dizer, imediatamente dotado de sua unidade e sua identidade. Por outro lado, que, ao terminar, ele está definido e fixo de uma vez por todas; ele não continua mais, ele não se torna mais. Ora, Deleuze adota a concepção de individuação de G. Simondon (Simondon, 1989): é preciso que haja uma operação de individuação para que o acontecimento apresente uma unidade e uma identidade; essa operação diz respeito a um ser pré-individual e a-conceitual, caracterizado pelas discordâncias e tensões entre as singularidades heterogêneas e díspares que o constituem, que são potenciais. Essa operação de individuação que, para Deleuze, se assemelha a um ato de resolução de um problema, estabelece um tipo de comunicação entre os elementos díspares para integrá-los ou para fazer com que eles ressonem uns com os outros. Ela faz aparecer não somente o indivíduo, mas o par indivíduo-meio. Assim, a individuação do acontecimento passa também por uma especificação de seu contexto e de seu ambiente. Sabemos que, para Simondon essa operação de individuação implica meios muito diferentes – indo do meio físico da formação de cristais ao meio sociocultural da individuação de pessoas e coletividades, passando pelo mundo do vivente em seu todo. Provavelmente, Deleuze dá a mesma extensão ao ato de individuação.

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

Mas podemos também interpretar seu propósito sobre a problemática do acontecimento de maneira mais restrita, e ver nele a afirmação de um vínculo entre o acontecimento e a *avaliação*⁵. Se “os acontecimentos dizem respeito exclusivamente aos problemas e definem suas condições”, e se sua individuação é da mesma ordem que a resolução de um problema, isso pode querer dizer que eles pertencem ao domínio da avaliação; que reúnem coisas heterogêneas e discordantes, através da *investigação*⁶ e da construção de uma intriga [narrativização]. Pois é uma investigação que institui um problema a partir da experiência de discordâncias, de tensões, de conflitos, de indeterminações que dificultam o tratamento de uma situação.

Essa perspectiva inscreve o acontecimento no domínio das ideias, ou melhor dizendo, do pensamento e do discurso. É aliás isso que Deleuze explica: os acontecimentos são “singularidades ideais” (Deleuze, 1969, p.68). É a razão pela qual ele distingue acontecimento de acidente, sendo este último uma “realização espaço-temporal num estado de coisas”. Não se trata, porém, de distinguir dois tipos diferentes de acontecimentos, mas dois modos sob os quais o acontecimento se apresenta. Noto, de passagem, que encontramos uma distinção da mesma ordem em Ricoeur, quando ele diferencia o acontecimento do mundo, que é uma simples ocorrência, e o acontecimento colocado em intriga, que “recebe sua definição de sua contribuição ao desenvolvimento da intriga” (Ricoeur, 1983).

Tomar os acontecimentos como fenômenos da ordem do pensamento, relacionados a campos problemáticos, e que apenas alcançam sua individuação através de operações de avaliação e de investigação (e não somente a conceituação e o ordenamento de proposições), é uma abordagem que

⁵ Nota das tradutoras: em francês, jugement.

⁶ Nota das tradutoras: em francês, enquête.

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

tomamos com precaução. Esse tratamento fere um pouco nosso esquema comum de apreensão do acontecimento, segundo o qual ele é aquilo que acontece no mundo; não podemos modificá-lo mais e ainda menos anulá-lo; ele apresenta um tipo de solidez e resistência. Tomamos a afirmação desse caráter “ideacional” do acontecimento com algum ceticismo.

Não vou me lançar numa exegese da filosofia do acontecimento de Deleuze, da qual não sou suficientemente familiar. Eu queria apenas elucidar essa ligação entre acontecimento e avaliação, apoiando-me em outra tradição de pensamento, da qual Deleuze se mostra próximo em vários aspectos, em parte porque ela é também, em certo sentido, uma filosofia do acontecimento. Quero me referir ao pragmatismo americano. Espero assim poder afinar a análise diferenciando modos de individuação e regimes de problematicidade do acontecimento.

Acontecimento e campo problemático: uma ilustração

Quero começar por uma ilustração sumária da ligação entre acontecimento e campo problemático. Acidentes ou simples ocorrências se tornam acontecimentos, quer dizer, se destacam, se sobressaem, se tornam focos de atenção porque eles fazem sentido em um campo problemático dentro do qual serão tematizados; eles contribuem desde então a transformar esse campo e a buscar soluções. Tratei em trabalho anterior do conflito entre ecologistas e praticantes de uma agricultura intensiva, a propósito das marés verdes na Bretanha, que revelou claramente essa operatividade do

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

acontecimento⁷. A construção intelectual do problema, a orientação das pesquisas e os esboços de soluções foram fortemente marcadas pelos acidentes que o cercaram: a morte de um cavalo passeando sobre uma praia onde as algas verdes estavam em decomposição, a morte brutal de um caminhoneiro transportando algas verdes recolhidas de uma praia poluída, e, no início do verão de 2011, a descoberta de cadáveres de 36 javalis em um lamaçal onde estavam acumuladas algas verdes em decomposição. Esses acidentes se destacaram e chamaram a atenção enquanto pertinentes e significativos num campo problemático que se elaborou, ao longo de alguns anos, em torno da dupla questão da preservação da qualidade das águas, ameaçada pelos dejetos de nitratos de origem agrícola, e da redução de marés verdes devidas aos mesmos dejetos. Tais ocorrências impuseram a percepção desses fenômenos sob novos aspectos, estenderam a observação de suas consequências e orientaram a investigação em novas direções. Foi comprovada a periculosidade potencial das algas verdes, e novas dimensões foram acrescidas ao tratamento do problema; por exemplo, a necessidade de passar a tratá-lo como um problema de saúde pública. Como resultado, o conflito foi agravado, ao mesmo tempo em que se estendeu o consenso sobre a inaceitabilidade do fenômeno. Isso se deu na medida em que foram tratados como “fatos operacionais” (Dewey) em um campo problemático determinado (certamente via intervenção de atores)⁸.

⁷ Quéré, L., « Le travail des émotions dans l'expérience publique. Marées vertes en Bretagne », D. Cefai e C. Terzi (dir.), L'expérience des problèmes publics, Editions de l'EHESS, coll. « Raisons pratiques », 2012, p. 135-161. Uma versão do artigo em questão traduzido para o português está disponível em: Quéré, L. e Terzi, C. Os fundamentos sensíveis da experiência pública, França, V. e Oliveira, L. (org.) Acontecimento: reverberações. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

⁸ Dizer que fatos observados são operacionais em um campo problemático é dizer que eles indicam, atestam e colocam à prova uma ideia que se coloca como solução possível no quadro de uma investigação – eles apenas operam enquanto tal na medida em que se mantenham em interação recíproca.

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

Acontece também de um acontecimento ensejar o nascimento de um campo problemático porque, sobre a base de experiências emocionais que revelam seu caráter problemático, ele desencadeia investigações que instituem e definem o problema. Um exemplo, na eclosão da Primavera Árabe, seria o papel desempenhado pela autoimolação, em 17 de dezembro de 2010, em Sidi Bouzid, na Tunísia, de um jovem vendedor ambulante de frutas e legumes, cuja mercadoria havia sido confiscada pelas autoridades. Se de fato a morte do vendedor tivesse funcionado como detonador, teria havido uma problematização do acontecimento, inicialmente apreendido através das afetos e emoções. Mas esse caso necessita de maior esclarecimento.

O acontecimento em um tempo profano

Eu gostaria de prolongar esta ilustração com algumas considerações mais relacionadas com o tema do colóquio, *O acontecimento em religião*. Na obra *L'âge séculier*, C. Taylor explica como a emergência de um tempo profano na época moderna mudou radicalmente a percepção e avaliação dos acontecimentos.

Os acontecimentos passam a existir apenas nessa dimensão [do tempo profano], no interior da qual eles estão colocados a uma distância temporal maior ou menor uns dos outros e em virtude de relações causais da mesma natureza. É a noção moderna de simultaneidade: acontecimentos que não estão ligados a nenhuma causa e nenhuma significação se mantêm juntos simplesmente em razão de sua co-ocorrência no interior dessa única linha do tempo profano (Taylor, 2011, p. 353)

Essa noção de simultaneidade, diz ele, vai de par com a ideia de sucessão: “Uma coisa chega depois da outra, e depois que ela passa, ela pertence ao passado” (Taylor, 2011, p. 105). Os

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

acontecimentos podem assim ser individualizados no interior de relações unívocas de simultaneidade e de sucessão.

Tais noções se distanciam muito daquelas que prevalecem em um mundo onde o tempo profano está inserido em “tempos superiores”, de ordem religiosa ou tradicional (eternidade, tempo das origens, momentos fundadores), os quais introduzem as dimensões de verticalidade na consciência do tempo. Neste caso, o acontecimento faz sentido não em função de sua posição em um “tempo homogêneo e vazio” (Walter Benjamin), no qual os acontecimentos se dão uns após os outros, mas em razão de sua proximidade com esse “tempo superior”, com aquilo que está estabelecido “desde a noite dos tempos”, ou “pelos séculos dos séculos”, ou ainda pela ligação que estabelecem com algum acontecimento atemporal (a crucificação de Cristo, por exemplo, da maneira como ela se coloca na história da salvação). Assim, certos episódios do Antigo Testamento são encontrados de novo no Novo Testamento, tal como o sacrifício de Isaac e a crucificação de Cristo, sem consideração com a distância temporal: “Esses dois episódios estavam ligados em razão de sua contiguidade imediata sob a perspectiva do plano divino. Eles se veem ligados e identificados na eternidade, apesar de estarem separados por séculos” (Taylor, 2011, p. 106). Encontramos alguma coisa do mesmo gênero na liturgia cristã, que reencena a cada ano os acontecimentos fundadores da vida de Cristo - o que faz com que a sexta feira da paixão de 2012, por exemplo, se coloque mais próxima da Crucificação de Cristo em Jerusalém que da eleição presidencial que ocorreu naquele mesmo ano na França.

Taylor ressalta a importância dessa transformação na consciência do tempo para a construção de nossas representações da vida social. “Uma compreensão do tempo em termos puramente

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

seculares nos permite imaginar a sociedade “horizontalmente”, desvinculada de qualquer “ponto superior” ao qual a sequência comum dos acontecimentos poderia remeter, sem reconhecer qualquer privilégio a pessoas ou a agentes – como os reis ou sacerdotes – que deveriam transitar nas alturas e atuar como mediadores (Taylor, 2011, p. 375). A sociedade, assim, se torna um todo onde se produzem simultaneamente uma miríade de acontecimentos.

Taylor sustenta que é esse tempo “puramente secular” que forma o médium dos imaginários sociais modernos. O espaço público é um desses imaginários. Ele [o espaço público] está profundamente conformado por esta compreensão do tempo. De fato, a ideia mesma de espaço público implica que as formas e as condições da vida coletiva são determinadas por uma ação comum pública, onde nada transcende, ou não tem necessidade de referência a um tempo superior, nem de fundamento transcendente (Deus, tradição, lei da tribo, tempo das origens). Uma parte importante da problematidade dos acontecimentos nas nossas sociedades é constituída sobre esse horizonte da ação pública imanente. Mas o imaginário do espaço público impregna também a experiência dos acontecimentos sob um outro aspecto: o sentimento de partilhar um acontecimento com um vasto público, no essencial “atópico”, influencia a experiência que temos dele, notadamente porque essa partilha aumenta consideravelmente a capacidade do acontecimento nos emocionar.

A simultaneidade e a sucessão especificam de fato nossa percepção dos acontecimentos em um “tempo secular”? Sim, se se considera que elas fazem parte de um modo específico de individuação dos acontecimentos pela investigação, mais do que por outros métodos de fixação da crença. Pode-se caracterizar esse modo pela “factualização”, seja ela mediática, científica ou outra. Por

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

“factualização” eu entendo o processo de estabelecer um acontecimento através da investigação de fatos confirmados, mais do que simplesmente enquadrá-lo dentro de uma dada descrição ou categoria (Davidson, 1993) - ainda que, evidentemente, pertença à natureza do fato, que tem alguma coisa de abstrato, ser expresso através de uma categorização [proposição]⁹. É o que se extrai da análise que Jocelyne Arquembourg fez da difusão da notícia de terremoto em Lisboa em novembro de 1755, que foi sentido bem além de Portugal (Arquembourg, 2011). Foi, como ela disse, “a primeira catástrofe natural”, no sentido de que o abalo sísmico foi objeto de observações e de descrições, de comparações e de medidas de tipo científico, enquanto fenômeno puramente natural. Essas observações e descrições foram agrupadas em um conjunto de manifestações diversas e variadas, surgindo em lugares diferentes, relativamente distanciados no espaço, e reportadas por testemunhas oculares, em um acontecimento único relativamente bem circunscrito. Sob esse ângulo, o acontecimento foi problematizado como objeto do qual a unidade e a identidade devem ser asseguradas por observações e notações precisas, medidas, comparações, diferenciações etc., todas essas operações estando dirigidas por ideias permitindo organizar todos os fatos selecionados em um todo coerente.

Paralelamente, o mesmo acontecimento foi apreendido, em um outro registro, como signo da Justiça divina no mundo – como uma demonstração da cólera do céu provocada pelos pecados dos homens, como um castigo e como um signo precursor das mudanças a vir, quem sabe indicando a

⁹ “É impossível desvendar as complicações lógicas do ser, salvo se tiver em mente essas duas coisas, a ocorrência e o fato real, notadamente separados em nossos pensamentos”. (Peirce em Chauvré. *Peirce et la signification*, Paris, PUF, 1995, p. 105). Para Peirce, contrariamente à ocorrência, um fato é abstrato, pois ele é produzido pelo pensamento; é enquanto tal que ele pode ser representado por uma proposição: “um fato (...) é uma parte do Universo real na medida em que ele pode ser representado por uma proposição, e em lugar de ser, como uma ocorrência, uma fatia do Universo, ele é mais propriamente comparável a um princípio químico, extraído dele pelo poder do pensamento” (Peirce em Chauvré. *Peirce et la signification*, Paris, PUF, 1995, p. 105).

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

iminência do fim dos tempos. Ora, é interessante notar que essa leitura dos signos, que atribui aos homens pecadores a responsabilidade do que aconteceu, dispensa a unificação de “diferentes calamidades” simultâneas ou sucessivas (em particular os abalos sísmicos em vários lugares na Europa, com suas consequências humanas e materiais dramáticas) em um único acontecimento: é a acumulação de acontecimentos similares acontecendo ao mesmo tempo, ou uns após os outros em um curto espaço de tempo, que faz deles signos da cólera de Deus. Em síntese, a “factualização” do acontecimento em si mesmo não era pensável nessa interpretação, pois ela requereria o reconhecimento de um plano de explicação puramente horizontal, incompatível com uma preocupação de leitura religiosa dos signos.

Essa forma de problematização sem perspectiva de unificação e de identificação do acontecimento em si mesmo abriria um horizonte prático e emocional bem diferente da precedente. Eis, por exemplo, o que prescrevia uma carta de Berne datada de 10 de fevereiro 1756:

Foi publicado domingo em todas as nossas igrejas um dia de jejum, de Penitência e de Constrição, que deve ser celebrado no dia 19 a propósito de tantas diferentes calamidades, que afligiram quase todas as partes da Europa. Todos os Estados protestantes da Suíça se reuniram com o mesmo objetivo, suas igrejas serão todas reunidas solenemente nesse dia, que deve ser consagrado a exortações patéticas, a fim de apaziguar a cólera de Deus, que se manifesta tão visivelmente sobre a Terra e obter sua divina bondade de nos preservar dos males, que tantas outras Nações experimentaram” (Arquembourg, 2011, p. 99).

Nota-se também um outro tipo de problematização além dos dois precedentes: aquele que teve lugar por ocasião do debate público aberto por Voltaire quando ele denunciou os defensores do otimismo (“tudo vai bem no mundo”), os pregadores e os “reverendos padres inquisidores”. O mal existe

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

sim, e ele reside no sofrimento dos homens – que são, neste caso, as vítimas, a lamentar e a sustentar, de uma catástrofe natural na qual eles não têm nenhuma responsabilidade. Posição que foi em parte contestada por Rousseau, que incriminou a inconsequência dos homens que construíram Lisboa como o fizeram, pois poderiam ter feito de outra maneira.

Em tal problematização, não é enquanto objeto de investigação nem enquanto signos da Justiça divina que as vítimas do terremoto primeiramente experimentaram as ocorrências diversas e variadas que constituíram o acontecimento. Elas atingiram duramente aqueles que as sofreram. Como lamentava Voltaire, em uma carta a um amigo suíço, “cem mil formigas, o nosso próximo, esmagadas de uma vez em nosso formigueiro e a metade perecendo sem dúvida em angústias inexprimíveis, no meio de destroços de onde não era possível retirá-las. Famílias arruinadas no fim da Europa, a fortuna de cem comerciantes de sua pátria danificada nas ruínas de Lisboa! Que triste jogo de azar é o jogo da vida humana!” (Arquembourg, 2011, p. 104).

As duas vidas do acontecimento

Essa constatação amarga me traz de volta à questão que gostaria de esclarecer, relativa à distinção proposta por Deleuze entre acidente e acontecimento, tal como à atribuição do acontecimento ao domínio da avaliação e da investigação. Quanto ao primeiro aspecto, podemos substituir a distinção entre acidente e acontecimento pela ideia de um duplo modo de experiência do acontecimento: o acontecimento “existencial”, para falar como os pragmatistas, e o acontecimento-objeto (de atenção, de pensamento, de discurso, de investigação). O acontecimento “existencial” é o acontecimento vivenciado

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

em sua existência bruta, até mesmo brutal, que é pré-individual e a-conceitual; é impossível nomeá-lo no momento em que ocorre. O acontecimento-objeto é o acontecimento tal como é nomeado e apreendido pela comunicação social, como o lugar da sua individuação por meio da investigação, esse processo de individuação transformando-o em uma “coisa provida de significação”. O caráter problemático de um e de outro não é o mesmo.

As três categorias distinguidas por Peirce são pertinentes para caracterizar o primeiro modo de experienciar o acontecimento. A primeira categoria corresponde à qualidade única e distintiva, imediatamente perceptível, sentida diretamente e irrefletidamente, das coisas e dos acontecimentos. Esta qualidade, imediata e inefável, é independente de qualquer referência cognitiva ou reflexiva. Como Dewey explicará mais tarde, na esteira de Peirce, “aquilo pelo qual agimos e sofremos e apreciamos, são coisas em suas determinações qualitativas” (Dewey, 1931, p. 93). Uma qualidade não pode ser descrita discursivamente, porque é em princípio algo que se “apreende” [vive] diretamente; ela pode simplesmente ser “apontada” com palavras. Esta experiência direta é simplesmente; ela não afirma nada (Peirce).

A segunda categoria diz respeito ao caráter impactante do “que se impõe em sua inteireza” em uma situação que não está “sob controle” ; à colisão com ele, portanto à pressão e à resistência; ao constrangimento e à insistência; ao lado eruptivo e disruptivo daquilo que nos é imposto do exterior, que não é apenas imprevisível, inesperado, mas também inalisável e inapropriável. Peirce sublinha constantemente a importância dessa dimensão da experiência (Cf. Tiercelin, 2005, cap. VI): por um lado, ela nos coloca em contato com a realidade, que insiste e resiste – Peirce fala da “força brutal,

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

reativa da existência” (no sentido do que existe concretamente); por outro lado, ela restringe nossa aceitação.

A terceira categoria é a da generalidade e da significação. Mesmo na experiência imediata, desprovida de pensamento e de reflexão, há uma identificação mínima possível (e possivelmente errônea) do que é e do que surge: o que se apresenta aparece para nós de uma certa maneira, sob um aspecto, e com uma forma mínima, sem que seja dada por um conceito ou por uma proposição (do tipo: “o tremor do edifício que eu senti é devido a um terremoto”): “Nossa experiência não nos coloca em contato com um dado sem conteúdo (...). Ela nos coloca em contato com um dado informado, roteirizado, com um mundo que nos parece de uma certa maneira (...). A experiência nos dá (...), *pelo simples fato de que a vivemos*, títulos ou direitos de acreditar em determinadas coisas sobre o mundo” (Cf. Tiercelin, 2005, cap. VI).

Tomarei emprestada de Dewey a descrição do segundo modo de experiência do acontecimento: o acontecimento individuado pelas diversas e variadas operações de avaliação e de investigação. Quando é capturado pelo pensamento e pela comunicação, o acontecimento passa a ter uma “segunda vida independente”: adquire novos modos de funcionamento, notadamente através de sua inserção em novos contextos, através de sua relação com outros acontecimentos, ou com sua interação com outros objetos, e através da percepção de suas condições e de suas consequências potenciais.

A comunicação não se contenta, portanto, em anunciar os acontecimentos, em nomeá-los, atribuir-lhes um rótulo identificador ou categorizador; ou em extrair deles, por meio de abstração, fatos

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

de natureza proposicional: ela os transforma em “coisas com significações” que têm um significado prático.

Com a comunicação, todos os acontecimentos naturais pedem para serem reconsiderados e revisados; eles são readaptados para satisfazer as exigências da conversação, seja do discurso público ou daquele discurso preliminar que chamamos de pensamento. Os acontecimentos tornam-se objetos, coisas providas de significações. Podemos nos referir a eles mesmo quando não existem, e eles podem assim agir sobre o que está à distância no espaço e no tempo, graças a uma presença por procuração em um novo meio [o discurso]. (...) Uma vez nomeados [pelo uso de um termo do discurso, que, como dissemos, não pode descrever a qualidade de um acontecimento imediato], os acontecimentos levam a uma segunda vida independente. Além de sua existência original, prestam-se a uma experimentação de ideias: pode-se combinar indefinidamente as significações e reajustá-las na imaginação, o resultado dessa experimentação interior que é o pensamento podendo entrar em interação com os acontecimentos brutos e não tratados. As significações, assim desviadas do fluxo rápido e ruidoso dos acontecimentos para um canal calmo e navegável, reingressam na corrente principal, onde eles colorem, moderam e compõem o curso (...) (Dewey, 2012 [1925], p.160-61)¹⁰.

Os acontecimentos não são mais, então, simples ocorrências existenciais, tratadas de forma afetiva e prática; eles adquirem novos modos de operação e novas propriedades. Tornam-se não apenas objetos “sob descrição” e fontes de inferência e raciocínio, mas também meios de investigação – enquanto fatos operacionais – e meios controlados de ação. Pois usamos esse tipo de coisa com significações para intervir no curso dos acontecimentos, para canalizá-lo ou para atenuar sua brutalidade. Os acontecimentos-objetos tornam-se assim operadores na história que se faz.

Com efeito, na comunicação, os acontecimentos adquirem uma significação que lhes permite igualmente se dotar de representantes, substitutos, signos, implicações que se prestam infinitamente melhor a um tratamento mais estável e mais adaptado do que os acontecimentos em seus estados iniciais. Desta

¹⁰ Enunciados entre colchetes acrescentados pelas tradutoras.

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

maneira, as imediaticidades qualitativas cessam de ser silenciosamente arrebatadoras, opressivas e invasivas, ou seja, de estarem sujeitas às sensações e às paixões. Elas tornam-se suscetíveis à investigação, contemplação, elaboração ideal ou lógica (Dewey, 2012 [1925], p.1661).

Que formas de problematização estão, então, associadas a esses dois modos de experienciar o acontecimento? A problemática do “acontecimento existencial” é apreendida pelas “valorações” afetivo-motoras (sendo o afetivo mais intenso que o emocional). Há, portanto, uma problematicidade própria dessa experiência dos acontecimentos enquanto “imediaticidade qualitativa”. Para Dewey, a apreensão sensível e afetiva, particularmente emocional, do caráter problemático de um acontecimento antecede a elaboração cognitiva do problema na investigação: podemos dizer que ela representa uma primeira forma de individuação do acontecimento por meio de suas qualidades, ou seja, pela experiência direta que temos dele. O que quer dizer que a afetividade e a emoção não são apenas o impacto do acontecimento no interior dos indivíduos e dos coletivos; elas desempenham um papel ativo; elas contribuem para transformar o modo de experienciar o acontecimento:

Formular a natureza de um problema significa que a qualidade subjacente (...) tornou-se objeto de um pensamento articulado. Mas algo se apresenta como problemático antes de reconhecermos *qual* é o problema. O problema é *vivido*, ou nós *temos* a experiência, dele antes que ele possa ser enunciado ou apresentado; mas ele é *vivido* como uma qualidade imediata de uma situação global. Sentir que algo é um problema, que causa perplexidade e pede para ser resolvido, indica a presença de algo que penetra todos os elementos e todas as considerações. O pensamento é a operação pela qual essa coisa é convertida em termos pertinentes e coerentes (Dewey, 1931, p. 249).

Esta conversão pode assumir diferentes graus. Podemos contentar-nos aqui com uma diferenciação bastante grosseira de dois modos de problematização do acontecimento: um tratamento ordinário e prático, e um tratamento mais intelectualizado e mais controlado, como acontece, por

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

exemplo, no contexto de uma investigação jornalística, policial, judicial ou científica. Na investigação do senso comum, tal como ocorre nas atividades cotidianas, o acontecimento é um objeto apenas na medida em que é selecionado, observado, explorado como uma singularidade crítica, numa perspectiva prática: organizar um “curso feliz de atividades”, adotando o comportamento apropriado para a situação. O acontecimento não é então retirado do seu contexto imediato para se constituir como um objeto de conhecimento independente (como se torna numa investigação científica, por exemplo); ele é apreendido como parte de um “ambiente complexo *total*”, no qual está, como diz Peirce, “combinado de maneira indissociável a um enxame infinito de circunstâncias que dele não fazem parte” (Chauviré, 1995. p. 105):

Há sempre um *campo* onde se produz a observação deste objeto ou daquele acontecimento. A observação deste último serve para descobrir o que é esse *campo* por referência a alguma resposta de adaptação ativa a ser feita para promover um *padrão* de comportamento (...). É notado ou ‘conhecido’ simplesmente porque ele indica a direção do comportamento. (...) Na investigação do senso comum não procuramos conhecer o objeto ou acontecimento *como tal*, mas apenas determinar qual é o seu significado em relação à forma como a situação deve ser tratada como um todo (...). O objeto ou acontecimento em questão é percebido como uma porção do mundo circundante, não em si e por si (...). Vivemos e agimos em conexão com o ambiente existente, não em conexão com objetos [acontecimentos] isolados, embora uma coisa singular possa ter um significado crucial na decisão de como responder ao ambiente total (Dewey, 1993 [1938], p. 128-129.).

De certa forma, o próprio de uma exploração mais reflexiva e mais controlada é extrair o acontecimento do seu “ambiente total”, isolá-lo para individuá-lo, recontextualizá-lo por meio do pensamento.

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

É este modo de individuação que nos conduz ao interesse pela natureza do acontecimento, pelo fato dele ter ocorrido nessa ou naquela sequência, a apreendê-lo sob o aspecto do seu *happening* e da sua relação com outras ocorrências. Assim, o cientista abstrai as qualidades das mudanças que observa e, mais ainda, as suas “valorações” afetivo-motoras; o que lhe interessa nas mudanças que observa é que elas ocorreram nessas ou naquelas circunstâncias, nessa ou naquela ordem sequencial ou em relação a estes ou aqueles outros acontecimentos:

Não é necessário que o conhecimento se preocupe com a existência, como faz-se a experiência com suas qualidades concretas. A experiência direta cuida disso. O que interessa à ciência é a ocorrência (*happening*) dessas coisas que experienciamos. É para ela, portanto, que existem ocorrências, acontecimentos. O seu objetivo é descobrir as condições e consequências de tais ocorrências (Dewey, 1929, p. 104.).

O acontecimento como “termo da avaliação”

Contudo, há um ponto comum entre esses dois modos de problematização do acontecimento: na investigação do senso comum, como na investigação científica, o acontecimento é “um termo da avaliação”. Não se trata mais de fato do acontecimento em suas qualidades imediatas e em sua força de impacto, mas de um acontecimento-objeto de pensamento:

A menos que se tenha em mente a diferença entre uma mudança existencial, como puramente existencial, e como objeto de avaliação, a natureza do acontecimento torna-se um mistério inexplicável. O acontecimento é um termo da avaliação, não de uma existência externa à avaliação. (...) Um acontecimento é estritamente o que se sobressai, o que se destaca, a consequência mais marcante, o desfecho. Ele implica um conceito teleológico; só pode ser descrito e contado delimitando-o por um ponto inicial e um ponto final, com um intervalo entre os dois (Dewey, 1993 [1938], p.299-300).

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

Quando Dewey fala em avaliação, ele está pensando em ordenamento e organização por meio do pensamento visando o tratamento de uma situação. “Avaliar é tornar algo determinado; determinar é ordenar e organizar, estabelecer relações de forma definida” (Dewey, 1993 [1938], p.298). A avaliação pode ser pouco pensada, como na investigação do senso comum, onde se trata de determinar imediatamente a direção do comportamento. Na investigação controlada do cientista ela é menos imediata e mais elaborada. Julgar é então apreender reflexivamente as condições e consequências dos acontecimentos, as suas relações com outros acontecimentos, etc.:

Uma vez que um acontecimento é provido de uma significação, suas consequências potenciais o definem integralmente e lhe dão sua consistência. Se essas consequências potenciais se revelam importantes e se elas se repetem, elas constituem a própria natureza, a essência de uma coisa, o que permite defini-la, identificá-la e distingui-la. (...). É assim que nós nos tornamos capazes de perceber as coisas em vez de apenas senti-las e tê-las. *Perceber* é reconhecer possibilidades não atualizadas; é pensar no presente em relação às suas consequências, relacionar o que é dado a ver com um desfecho e, assim, comportar-se de acordo com as *conexões* dos acontecimentos entre eles (Dewey, 2012 [1925], p. 174).

Notaremos a definição da significação em termos de consequências: diferentemente das qualidades imediatas, que são vivenciadas ou “tidas” [no sentido de ter uma experiência], as significações são relações estabelecidas entre as coisas por meio da investigação. Acessamos assim o significado de um acontecimento (diferente da sua qualidade imediata e do seu impacto) apreendendo não só o que o condicionou, mas também o que ele antecipa como possibilidades e como consequências em função das conexões que poderá ter com outros acontecimentos, circunstâncias ou situações. Além disso, a percepção das coisas é mediada pelas ideias, se é verdade que “a ideia é

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

antes de tudo a antecipação de algo que pode acontecer; ela marca uma *possibilidade*” (Dewey, 1993 [1938], p.174).

Um aspecto da organização realizada pela avaliação é a ordenação temporal dos acontecimentos. Ordenar temporalmente é delimitar séries ou ciclos, atribuir-lhes um início, um desenvolvimento e um fim, um limite *ab quo* e um limite *ad quem*, com intervalo entre eles, e é isso que faz a investigação em referência ao problema a ser resolvido em uma determinada situação. Quando submetidas à investigação controlada, todas as mudanças observadas tornam-se “cursos de acontecimentos sequenciais”, que formam uma história; podem ser narrados na forma de uma variedade indefinida de acontecimentos menores incluídos como incidentes, episódios ou ocorrências. “Para o indivíduo comum, um relâmpago parece quase como uma ocorrência instantânea e isolada. Seu relato científico é a narração de uma longa história da qual o relâmpago é apenas um incidente; com o progresso do conhecimento científico, a história torna-se mais longa” (Dewey, 1993 [1938], p. 299). Na investigação científica, acontecimentos isolados do seu ambiente global tornam-se assim “partes constitutivas integrantes de uma única e mesma ocorrência contínua”(Dewey, 1993 [1938], p. 543). Eles são então descritos não mais com referência aos “acontecimentos naturais”, mas em função de um conjunto de interações nas quais estão inseridos analiticamente.

Por exemplo, o terremoto de 11 de março de 2011 na ilha japonesa de Honshu, que causou o tsunami e o acidente nuclear em Fukushima, é apenas um episódio entre outros na história de longo prazo da “zona de substrução da fossa do Japão”, onde a Placa do Pacífico mergulha sob a placa dita “americana”, um episódio que se distingue apenas pelo seu momento, pela sua localização e pela sua

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

potência, maior que a comum, e até mesmo pela sua relativa fraqueza face ao “*big one*” temido pelos sismólogos. Mas esse acontecimento também foi individuado noutras histórias que não a desta evolução a longo prazo, notadamente naquelas dos indivíduos e das suas famílias, naquelas das aldeias, naquelas de uma empresa e de um sector industrial, naquelas de um país e de uma população exposta aos terremotos e vítima de desastres de um determinado tipo, ou mesmo no desenvolvimento dos usos civis da energia nuclear em escala global. Em cada caso, “um ato de avaliação destacou o acontecimento do total complexo do qual fazia parte e deu-lhe um lugar num novo contexto, sendo o contexto e o lugar determinações produzidas na investigação” (Dewey, 1993 [1938], p. 314). Aliás, é por isso que “quando os acontecimentos são considerados estritamente de uma forma existencial, não há acontecimento que seja antecedente ou “causa”, nem tampouco que seja consequente ou “efeito”” (Dewey, 1993 [1938], p. 557): este estatuto só lhes chega por meio da avaliação, que toma deliberadamente um acontecimento como causa ou efeito e institui, por meio da análise, uma ordem sequencial de mudanças.

Retorno aos acontecimentos em religião

Para diferenciar os regimes de problematidade do acontecimento em uma análise do tipo conceitual, mobilizei três distinções: a distinção entre experimentar (ter uma experiência), de ordem afetivo-motora, e conhecer; outra entre investigação e leitura dos signos; e uma terceira, no âmbito da

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

investigação, entre a investigação prática e a investigação controlada. Gostaria, para concluir, de retomar o papel que desempenham a afetividade e a emoção na recepção dos acontecimentos, um papel que é pertinente para esclarecer “o acontecimento na religião”.

Os afetos, dos quais as emoções fazem parte, são, já o dissemos, a primeira modalidade de experiência do caráter problemático de um acontecimento. Eles estão na origem das investigações, onde atuam como heurísticos: “As emoções trazem respostas rápidas, pré-reflexivas e relativamente organizadas em situações urgentes, e modificam os traços salientes das situações – destacando assim seus aspectos mais importantes para o raciocínio prático” (Chevalier, 2007, p. 176-177). Elas também estão na origem das revisões das crenças, preferências e expectativas, quando essas são contrariadas pelos acontecimentos. No entanto, elas podem também bloquear essas revisões, quer dizer, impedir o questionamento e a investigação, e reforçar a adesão a certezas e valores abalados pela realidade, quando não promove valores negativos (intolerância, ódio, chauvinismo, racismo, antissemitismo, etc.).

Pierre Livet mostrou bem o caráter ambíguo dessa operatividade das emoções em relação aos valores. Ele define a emoção como a ressonância afetiva de um contraste, positivo ou negativo, entre duas dinâmicas: uma, incerta, de uma situação em desenvolvimento, com os acontecimentos que nela ocorrem, e outra, já estabelecida, de nossas orientações em curso, determinadas por nossas crenças, expectativas, preferências, desejos, planos de ação, “valorações”, etc. Por isso, as emoções funcionam como reveladoras destes últimos e como “sondas de valores” (Livet, 2003). A confrontação aos acontecimentos é inevitavelmente emocional, pois é marcada pelo cruzamento de nossas orientações e

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

apegos com as incertezas do mundo manifestadas pelo que acontece: essas últimas podem contrariar ou satisfazer as primeiras, ou até mesmo superá-las.

É precisamente nessa confrontação que certos tipos de acontecimentos religiosos – celebrações, cerimônias rituais, encontros festivos, etc – desempenham um papel importante, pois “mantêm a cisão entre o mundo dos valores e o mundo real”, cisão experimentada emocionalmente (Livet, 2003, p.143). Por um lado, permitem reafirmar a prioridade dos valores, lembrando seu direito de se impor à realidade e prevenindo qualquer ceticismo a seu respeito. Por outro lado, são ocasiões de partilha emocional. Uma tal partilha cimenta o grupo e o conforta em suas convicções em matéria de crenças e de valores, assim como em sua vontade de resistir à realidade instável do mundo e ao choque incerto dos acontecimentos. Como explica Livet, “a partilha de emoções é muito provavelmente a dimensão fundamental da maioria das emoções coletivas” (Livet, 2003, p.265). Partilhando suas emoções (dentre as quais a emoção do sagrado, essencial nas celebrações rituais), os fiéis, que são anônimos uns para os outros, têm a certeza de que sua emoção não é puramente idiossincrática, que sua sensibilidade a valores reconhecidos é compartilhada por outros, que o objeto da emoção é o mesmo para todos e que seus objetivos convergem. Essa partilha de emoções suscita por si mesma uma emoção particular, “a emoção coletiva do compartilhamento”, que é muito importante nos acontecimentos religiosos. É por isso que esses últimos são lugares privilegiados para observar e compreender a dinâmica das emoções coletivas¹¹.

¹¹ Agradeço meus dois leitores anônimos por suas observações sobre uma versão precedente deste texto.

Dossiê Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências

Referências

Arquembourg, J.(2011). *L'événement et les médias*. Editions des archives contemporaines.

Chauviré, C. (1995). *Peirce et la signification*, PUF.

Chevalier, J.-M. (2007). « Les émotions ont elles une place en logique ? Un examen de la réponse peircienne », *Organon*, 36. p. 165-181.

Davidson, D. (1993). *Actions et événements*, PUF.

Deleuze, G. (1969). *Logique du sens*, Minuit.

Dewey, J. (1929). *The Quest for Certainty*, Minton, Balch & Company.

Dewey, J. (1931). « Qualitative Thought », in *Philosophy and Civilization* (pp. 93-116), Minton, Balch & Company.

Dewey, J. (1993). *Logique. Théorie de l'enquête*, PUF.

Dewey, J. (2012). *Expérience et nature*, Gallimard.

Livet, P. (2003). *Emotions et rationalité morale*, PUF.

Quéré, L. (2012). « Le travail des émotions dans l'expérience publique. Marées vertes en Bretagne » in Cefaï, D. & Terzi, C. (dir.) *L'expérience des problèmes publics* (pp. 135-161), Editions de l'EHESS, coll. « Raisons pratiques ».

Ricoeur, P. (1983). *Temps et récit*, 1, Seuil.

Simondon, G.(1989). *L'individuation psychique et collective*, Aubier.

Taylor, C. (2011). *L'âge séculier*, Seuil.

Tiercelin, C. (2005). *Le doute en question*, L'éclat.